

O governo planeja. Educadores têm pressa.

A tarefa de mudar ou pelo menos amenizar o caos em que se encontra a educação brasileira tem passado de mesa em mesa, sem encontrar quem resolva a questão. Só durante a gestão José Sarney foram seis ministros em cinco anos — ciranda impulsionala pela falta de planejamento do setor nas últimas décadas. Confiante em vencer o desafio, o atual Ministro da Educação, Carlos Chiarelli, desenvolveu o Plano Nacional de Educação. As metas prioritárias são alfabetização, ampliação dos dias letivos no ensino básico e médio, mudança curricular e avaliação periódica do ensino universitário federal.

O principal item desse novo capítulo, porém, é o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que visa reduzir em 70% o índice de analfabetos no país — cerca de 22 milhões entre adultos e crianças — com um investimento inicial de Cr\$ 10 bilhões para esse ano e Cr\$ 40 bilhões para 1991. Além disso, há perspectivas de empréstimos suplementares junto ao Banco Mundial e o Ministro espera aumentar de 2,5% para 4% os recursos do Produto Interno Bruto (PIB) para a Educação.

“Não é apenas uma questão de dinheiro”, argumenta o senador João Calmon, autor da Emenda Calmon, que destina à Educação um mínimo de 18% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais e municipais. “A questão é principalmente política, para se investir certo e com objetividade. Senão não adianta emprestar US\$ 300 milhões junto ao Banco Mundial e só aumentar a dívida externa”.

Uma das maiores preocupações do senador Calmon, cuja carreira política sempre esteve voltada para a Educação, é de que o Plano de Alfabetização do governo Collor se transforme num novo Mobral (Veja texto ao lado), que terminou em 1985 com a imagem negativa de ter confundido sua função. “Eu mesmo presenciei muitos postos do Mobral lecionando para crianças como se fosse uma escola de ensino básico”, denuncia o Senador.

Se o Programa de Alfabetização não é claro nem para membros da comissão eleita pelo presidente Collor — da qual João Calmon é presidente de honra — é ainda mais obscuro para pedagogos. “O governo fala em investimentos gigantescos, mas os educadores não estão sendo consultados”, reclama Ivani Fazenda, orientadora da Pós-Graduação da PUC-SP.

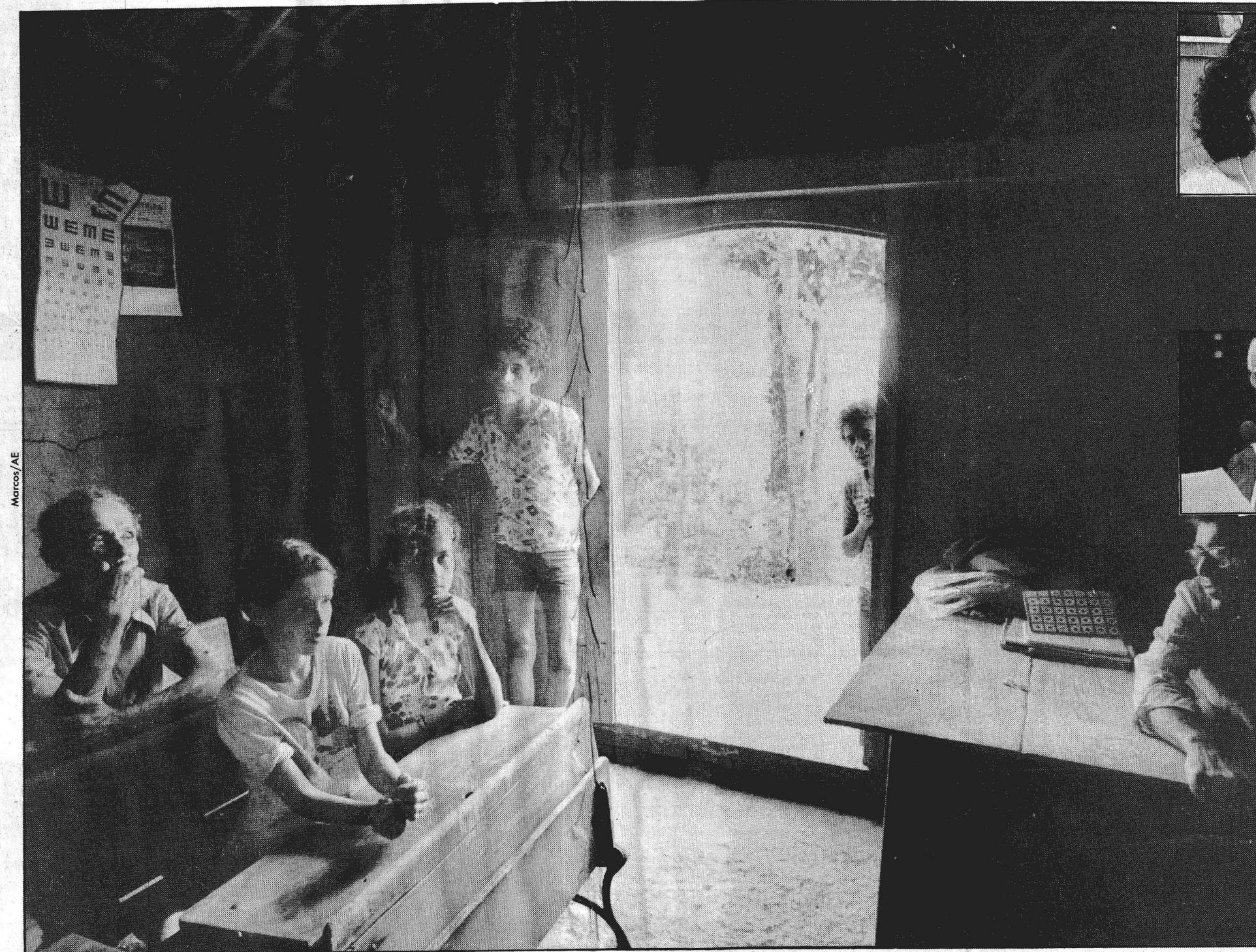
Pré-escola entra na rede pública

Antônio Carlos Xavier, da Coordenação de Planejamento Setorial — uma equipe criada pelo MEC para redigir, discutir e organizar o plano de desenvolvimento da educação brasileira no atual governo — explica que todas as decisões ligadas a conteúdo ou orçamento estão sendo discutidas, negociadas e concluídas junto aos Conselhos de Secretarias de Educação (CONSED) e à União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). “Esses órgãos estão nos abastecendo com informações e participando do desenvolvimento dos planos”, garante Xavier.

E foi com o mesmo objetivo de apagar alguns erros do ensino básico e médio que o governo elaborou um plano de mudança curricular e aumento do ano letivo de 180 para 200 dias — de 4 para seis horas 6 horas diárias. “Atualmente o ensino brasileiro é um dos piores do mundo. O Japão tem 240 dias letivos por ano. Com 200 estamos nos equiparando a países como Itália e França”, analisa Ledja Austrilino, Secretária de Ensino Básico e Médio do MEC. Entre as mudanças curriculares para 1991 estão ainda a abordagem de assuntos como drogas, acidentes de trânsito, ecologia.

Uma lição que MEC que ver em encaminhada é a efetivação da escola pública a partir da pré-escola. “Será o início do processo de escolarização”, explica a Secretária. “A criança será alfabetizada de 0 a 6 anos com um planejamento mais elástico e aperfeiçado, podendo chegar à 1ª série o 1º grau já lendo e escrevendo”.

Para corrigir a principal distorção do sistema educacional, que é



Drogas, acidentes de trânsito e ecologia estarão nos currículos, segundo o Plano Nacional de Educação.

a formação de professores, Ledja Austrilino prevê um programa que pretende especializar cerca de 100 mil profissionais da rede pública em 1991 — além de cursos de capacitação para 242 mil professores leigos do país. “Vamos usar escolas durante o tempo ocioso para a reciclagem dos professores e paralelamente organizar um sistema de avaliação periódico”, resume.

Ecologia vai ser tema de aula

Um outro aspecto importante do plano visa a retomada do ensino técnico: devem ser concluídas as 200 escolas técnicas e agrotécnicas previstas pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), lançado em 1986, e construídas mais 30 escolas agrícolas de 1º Grau com o objetivo de fixar o homem no campo. Assunto do momento, a ecologia não foi esquecida — estão previstas escolas ecológicas destinadas à formação de técnicos, sendo que a primeira deve ser inaugurada no próximo ano em Porto Seguro, Bahia, e as seguintes no Pantanal Matogrossense e Amazonas.

A situação está a tal ponto grave que na opinião de Cristovam Buarque, Ministro da Educação pelo Governo Paralelo do PT, as providências devem ser tomadas com o máximo de urgência. “O prazo da UNESCO para erradicar o analfabetismo até o ano 2000 está se esgotando, o ensino público básico e médio não dão sinais de sobrevivência e o ensino superior se equivocou completamente”, argumenta Cristovam, que também é professor na Faculdade de Economia da Universidade de Brasília.

As únicas três medidas visíveis até agora, segundo Cristovam, tratam do analfabetismo, da livre negociação de mensalidades nas escolas particulares e do aumento de vagas nas universidades. “Discutir mensalidade não é função do governo federal. A ele compete a universalização da escola pública de boa qualidade. E o número de vagas nas faculdades não se resolve facilitando o vestibular, como quer nosso Ministro, mas fortalecendo o ensino do 2º grau”. Uma das saídas, segundo Cristovam, é acabar com o afunilamento do ensino de 1º e 2º graus. “Enquanto isso não acontecer, estaremos apenas reproduzindo os erros”.

MOBRAL: EXEMPLO DE FRACASSO.

Idealizado em 1967 — e fundado em 8 de setembro de 1970 pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici — o Mobral, ou Movimento Brasileiro de Alfabetização, prometia ser um gigantesco e definitivo projeto. Já no primeiro ano ele contou com a matrícula de 7 milhões de alunos — na época, 38% dos analfabetos do país. Sua tarefa megalomaníaca era terminar com o analfabetismo adulto, desde o recrutamento de professores até a construção de salas de aula e distribuição de

material didático.

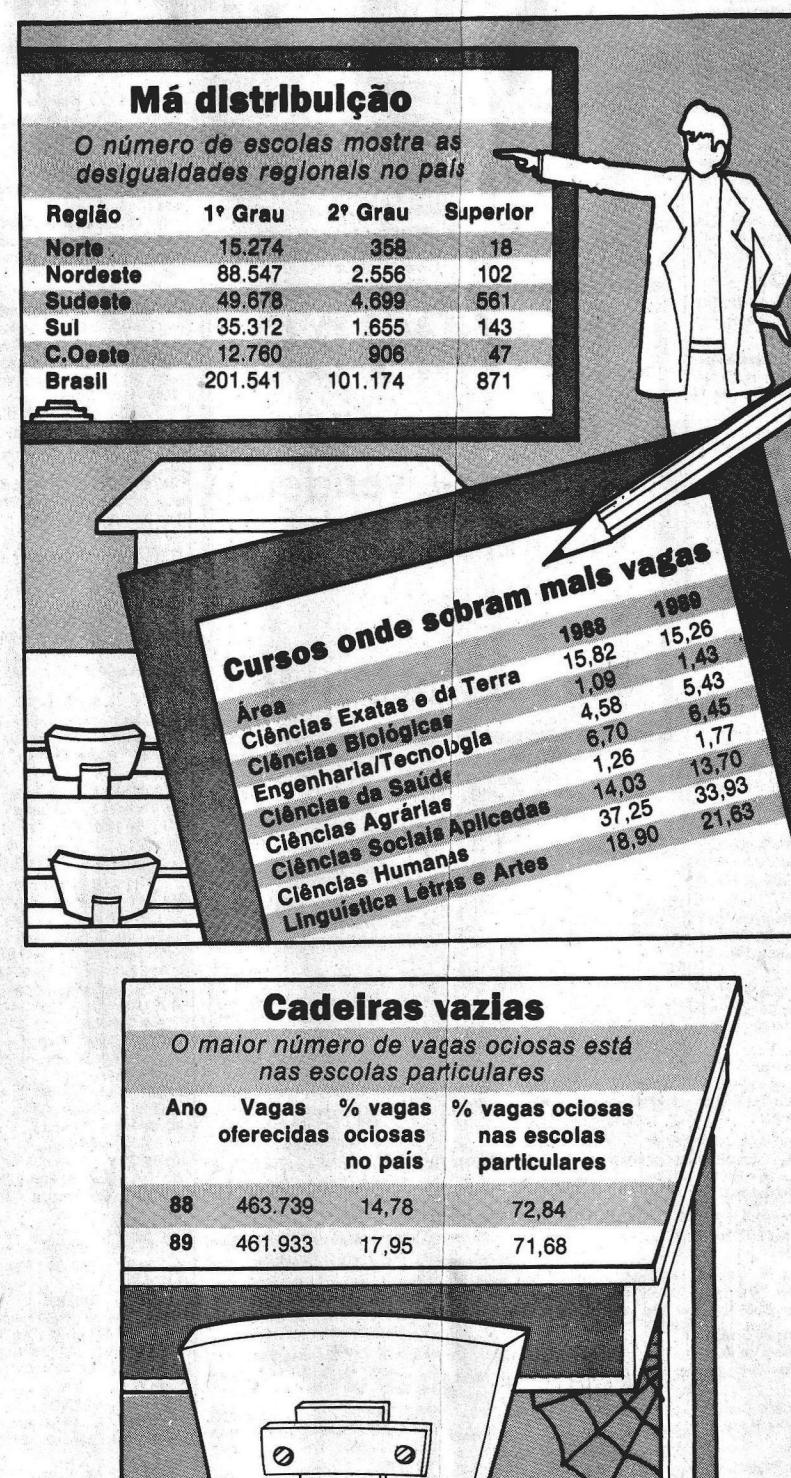
O Mobral durou 15 anos e foi extinto em 1985 pelo governo Sarney, sob a acusação de ter sido, ao longo de sua história, apenas um instrumento de manipulação política — ou um dos maiores fracassos educacionais da história do Brasil. Quando surgiu, a população brasileira era de 92,3 milhões, dos quais 33% eram analfabetos. E ao terminar, deixou um quadro de decepcionante: a população havia crescido 42,4% e o índice de analfabetismo diminuía em

apenas 2,7%.

O projeto conseguiu diplomar 15 dos 40 milhões de brasileiros que passaram por suas salas. “Mas é impossível calcular o número pessoas que só aprenderam a escrever o nome”, explica a professora Marisa Elias, da PUC. “Ou mesmo aqueles que conseguiram aprender algo, mas devido ao abandono dos estudos acabaram regredindo (*semi-analfabeto*)”. Até porque, para o governo, bastava que o aluno aprendesse a assinar o nome para se transformar num elei-

tor e deixasse de ser considerado analfabeto.

Com finalidades eleitorais e métodos de ensino completamente desligados da realidade do estudante, o projeto acabou fracassando. Em 1985, ele foi fechado e em seu lugar surgiu a Fundação Educar, que em quatro anos de existência atendeu a 5 dos 20 milhões de analfabetos do país. Extinguir esse órgão foi uma das primeiras providências do governo Collor. O Plano de Alfabetização e Cidadania é a próxima tentativa.



As escolas que dão diplomas em troca de um curso ruim

No Brasil a conquista de um diploma muitas vezes torna-se mais importante do que a qualidade de um curso. A briga desenfreada por um título universitário costuma tirar os jovens em faculdades isoladas e particulares, na maioria das vezes de intenções e estrutura duvidosas. São o que se costuma chamar na gíria de “escolas de cuspe e giz”. Instituições com o mínimo de requisitos necessários para entrar em funcionamento e distribuir canudos.

Dos 788 estabelecimentos isolados em todo país, segundo Orlando Pilati, assessor da Secretaria Nacional de Ensino Superior (Senesu), cerca de 80% podem ser considerados de péssima qualidade. Essas escolas são freqüentadas no período noturno por alunos trabalhadores. E na maioria são estudantes de cursos como ciências sociais, administração, contabilidade — mas principalmente os de licenciatura, como letras, história e pedagogia.

“São faculdades com calendários e programas curriculares corretos, mas que na prática funcionam apenas dois ou três dias por semana em períodos de três horas, no máximo”, explica Orlando. “Os alunos freqüentam o mínimo necessário para alcançar o objetivo, que é pegar o diploma no fim do curso”.

Durante uma supervisão do MEC em 10 estabelecimentos isolados de São Paulo, Belo Horizonte, Goiás e Brasília, realizada em maio desse ano, a

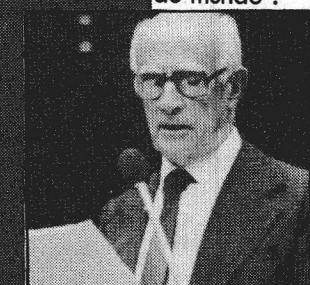
equipe da Senesu constatou que a biblioteca, por exemplo, sempre pequena e de poucos recursos, quase nunca é utilizada. “Em escolas que possuem 1º grau pela manhã, a retirada de livros infantis ultrapassa a de livros especializados”, analisa Orlando. “E os laboratórios não são usados: existem apenas para constar das dependências do prédio”.

O mais assustador, no entanto, segundo Orlando, é o método arcaico das aulas. “Vi alunos xerocando cadernos uns dos outros para estudar a matéria que ia cair na prova. Isso não existe mais nem em ginásio”, lamenta. “E o mais grave é que as deficiências desses cursos comprometem a formação de profissionais, que vão ser os professores de amanhã. Essas escolas são verdadeiros equívocos”.

Ainda existem entre essas faculdades as que funcionam apenas nos finais de semana e também as que costumam vender diplomas. Para Orlando, a intervenção da Polícia Federal — através da ação do secretário Romeu Tuma em conjunto com o Ministério da Educação — servem apenas para inibir a proliferação dessas escolas ou até regularizar a situação de outras. “A única solução viável é a conscientização da sociedade”, garante. “O que existe hoje é o pacto da incompetência. Alunos, professores e donos de estabelecimentos compactuam do mesmo absurdo porque convém a todos”.



Leda, secretária do MEC: “O ensino no Brasil é o pior do mundo”.



Senador João Calmon: questão política.